

● Vale do Javari ● Investigação

Cartéis de Miami, Medellín e Sinaloa sustentam um Estado paralelo na Amazônia

Esquema que inclui transporte de drogas, pistolagem e lavagem de dinheiro atua na região onde Pereira e Phillips desapareceram

VINÍCIUS VALFRÉ
ENVIADO ESPECIAL
ATALAIA DO NORTE (AM)

Cartéis de drogas de Miami, Medellín e Sinaloa mantêm um Estado paralelo no Alto Solimões, na Amazônia. É um Brasil onde até o poder público precisa seguir regras impostas pelo crime. O **Estado** teve acesso a informações sigilosas que fazem parte de investigações sobre o contexto do desaparecimento do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips e que revelam a existência de uma cadeia criminosa em plena atividade pelos rios, florestas e cidades da triplíce fronteira com a Colômbia e o Peru.

As comunidades ribeirinhas nas margens do Rio Itaquai, que deságua no Javari, afluente do Solimões, sofrem forte influência do tráfico, como as de São Rafael, de São Gabriel e de Ladário. Foi da comunidade de São Rafael que Pereira e Phillips partiram no último dia 5 em direção a Atalaia até não serem mais vistos.

Trata-se de megasquema de transporte de armas e drogas, pistolagem e lavagem de dinheiro que tem impacto na economia de nove municípios com o mercado de entorpecentes e de pesca e caça ilegais em uma região de 213 mil km² de floresta, maior que o território do Estado do Paraná.

Do outro lado do rio Javari, em território peruano, as plan-

tações de coca podem ser encontradas em meia hora de viagem. Nas cidades dessa área de fronteira, a emissão de notas fiscais é raridade. Sem controle do Fisco, o dinheiro dos cartéis se mistura ao de negócios constituídos para dar aparência de legalidade aos esquemas que aliciam comerciantes, atravessadores, pescadores, caçadores e políticos locais.

A reportagem reconstituiu a rede do crime a partir de documentos e conversas com agentes ligados às investigações, autoridades da segurança pública do Amazonas, advogados que atuam na fronteira, ribeirinhos, indígenas e pessoas com acessos a traficantes de drogas. Dos três cartéis internacionais, o de Medellín predomina no Alto Solimões, região que compreende os municípios de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte.

ORDEM. A polícia trabalha com a suspeita de que um atravessador com dupla nacionalidade tenha dado uma ordem para que o pescador Amarildo Costa, o Pelado, preso temporariamente, matasse Pereira por causa de prejuízos ao negócio ilegal da pesca que o indigenista vinha causando com fiscalizações. Como mostrou o **Estado**, Pereira treinou uma equipe de vigilância indígena capaz de documentar a ação de infratores em territórios preservados, e a medida prejudicava o fluxo criminoso.

O atravessador, conhecido como Colômbia, tem propriedades em Benjamin Constant, segundo as investigações. No entanto, atua nas sombras. Apesar de estar no radar de policiais há anos, investigadores de campo relataram à reportagem que só viram a primeira



WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Policiais federais chegam ao porto de Atalaia do Norte após dia de buscas por indigenista e jornalista



fotografia dele há três dias.

Um policial federal ouvido sob anonimato disse que traficantes que dominam as calhas dos rios Ituí, Itaquai e Javari são só a base de uma rede maior. Eles atuam como “capatazes” para intermediários que, em cidades como Tabatinga, assumem negócios legais, como restaurantes, cafés e hotéis, para lavar dinheiro. Esses intermediários prestam contas a líderes dos cartéis internacionais.

Ribeirinhos e pescadores como Pelado e outros sob investigação têm papel fundamental para os traficantes. Eles agem como líderes nas comunidades e conseguem dar vazão a produtos extraídos da floresta. Com isso, traficantes conseguem reforçar a aparência de legalidade de seus negócios e passam a ter a condescendência de ribeirinhos para operar rotas de drogas para outros Es-

tados e para a Europa.

Apesar de toda a movimentação militar em Atalaia, amigos de Pelado continuam entrando e saindo de terras indígenas com embarcações que levam freezers para pescados. Um deles, conhecido como Caboclo, foi flagrado pela reportagem próximo a um dos “furos” (atrilhos) do Itaquai. Ele é monitorado pela polícia e já prestou depoimentos. Até agora, é tratado como testemunha.

Na fronteira, o mercado de pesca ilegal, sobretudo a do ameaçado pirarucu, de trachás e tartarugas, não foi suspenso mesmo com os olhos do mundo voltados para a Amazônia. Numa apreensão no dia 23 de março, Pereira causou um prejuízo avaliado em mais de R\$ 120 mil a exploradores, segundo relatos de fontes que atuam nas investigações.

As informações levantadas pelos indígenas e demais integrantes da equipe de Pereira possibilitaram a apreensão no porto de Atalaia de mais de uma tonelada de pirarucu e de carne de anta. O barco de valor estimado em R\$ 70 mil também foi confiscado. Uma tartaruga adulta é vendida por cerca de R\$ 1 mil no mercado paralelo.

DINÂMICA. Responsável pela criação da Divisão de Repressão aos Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico da PF, nos anos 2000, o delegado Jorge Pontes afirmou que o interesse de narco-

traficantes em explorar criminosos ambientais se dá pela diferença nas punições aos dois crimes. A extração ilegal de recursos naturais tem pena considerada branda, na comparação com a de tráfico internacional de drogas. “Os traficantes perceberam que essas atividades são extremamente lucrativas e a reprimenda para esses crimes ambientais é muito baixa”, disse Pontes. “E os crimes ambientais têm suporte de políticos, porque essas atividades financiam campanhas.”

O delegado liderou diversas apreensões na Amazônia. “Percebia que os barcos levavam de tudo, de tartarugas e armas a grupos de garimpeiros. É uma área sem lei. Tem havido um recrutamento por falta de fiscalização”, afirmou.

Em Atalaia do Norte, dois procuradores da prefeitura, escalados pelo chefe do Executivo local, chegaram a assumir a defesa do pescador que teve a prisão temporária decretada. Eles foram escolhidos pelo prefeito Denis Paiva (PSC), que justificou a “coincidência” dizendo que faltam advogados no município.

Paiva foi vereador em 2008 e está no primeiro mandato como prefeito. Declarou R\$ 91 mil na campanha de 2020. Do total, o valor de R\$ 1 mil foi em doação privada. O restante veio do partido. “É um município onde todo mundo se reporta ao prefeito. Eu não conheço as pessoas como criminoso, conheço como pescador”, disse Paiva. ●

Laudo de ‘material humano’ sai nesta semana, diz PF

Ao fim do oitavo dia desde o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, a Polícia Federal confirmou ontem que não encontrou nenhum novo material que possa apontar o para-

deiro da dupla.

Em um comunicado divulgado no início da noite de ontem, a PF informou que o resultado da perícia em um material orgânico “aparentemente humano” deve sair nesta se-

mana. Os peritos fazem análise do que foi encontrado a partir de materiais genéticos fornecidos pelas famílias de Pereira e de Phillips.

O dia foi marcado por informações desencontradas que ab-

laram profundamente familiares e amigos da dupla. Chegou a ser divulgada uma informação de que corpos foram encontrados, o que não ocorreu.

Uma declaração do presidente Jair Bolsonaro aumentou a angústia. “Os indícios levam a crer que fizeram alguma maldade com eles, porque já fo-

ram encontradas vísceras humanas boiando no rio”, disse.

Indígenas do Javari realizaram em Atalaia do Norte (AM) um protesto para manifestar solidariedade às famílias e cobrar mais empenho das autoridades nas buscas. Enquanto isso, servidores da Funai anunciaram greve. ●vv.